

Considerações sobre a proporcionalidade: democracia e administração

Ouve-se dizer que de boas intenções o inferno está cheio.

No meu modesto entender, vivido na prática da luta sindical, é quando as boas intenções se transformam num inferno.

Foi o que ocorreu na nossa última greve, desse ano de 2014. Inferno esse, causado em quase tudo, em decorrência da questão da proporcionalidade, determinada estatutariamente na nossa associação de classe. Isso permitiu que elementos da própria coordenação da entidade que eram contra a greve dela participassem com se fossem a favor dela. Era uma situação hipócrita, cujos frutos se tornam vazios e até danosos, para a categoria dos técnicos administrativos das Ifes. Pelo fato de tal situação estar disseminada por todo o país, chegando até a Coordenação Nacional da Fasubra.

Situação nociva, permite que elementos díspares, antagônicos, possam viver sob um mesmo teto administrativo e político. Tal estado de coisas, por conta dessas circunstâncias, comporta-se como matéria e antimatéria na física quântica: ao entrarem em contato anulam-se uma a outra.

Há muito que essa proporcionalidade já deveria ter sido eliminada no contexto da nossa associação. E da Fasubra também. Se o intuito era o de fazer a representação mais democrática e equânime, quanto aos resultados administrativos e políticos, demonstrou ser um desastre. Isso por que, enquanto uma corrente tenta operacionalizar uma ideia ou modo de proceder, a outra corrente, também participe da administração, procura fazer de tudo para desconstruir essa ideia ou proceder. Ou então obter as vantagens, ao proclamar malandramente para si as mesmas, quando dão certo.

Na greve desse ano, as ações chegaram a se manifestar, de modos calhordas e revoltantes.

Para quem vive essa realidade no dia-a-dia da entidade, é uma situação de desgaste. Isso não faz bem nem para a saúde de quem participa da administração, nem para a própria entidade com um todo. Salvo se, quem assim se dispõe, defendendo tal estado de coisas, dispuser *a priori* de intenções pouco confiáveis. É o que depreendo, ao analisar as situações vividas.

Não há mais condições de se levar essa situação adiante. Nem na Assufrgs, nem na Fasubra. Ainda mais com um governo defendido por correntes políticas, que a ele se identificam, presentes tanto em âmbito local, como a nível nacional. Para as pessoas que não participam constantemente das lutas sindicais, porém são associadas, as coisas ficam confusas. Enxergam tudo como um "balaio de gatos", não conseguindo discernir quem é quem, nas correntes políticas. Assim, o que fazem de antemão, numa atitude simplista, perfeitamente entendível, é **denegrir a Assufrgs**.

Impingem à entidade de classe como a causadora do mal da qual a categoria sofre. Isso quando são elementos da representação classista, dentro da entidade, os causadores dessas funestas consequências da má representação. Tal fato levou ao desfiliamento de vários colegas.

Não, isso não deve continuar. Como nas eleições executivas, que ocorrem regulamentadas em todo país, quem ganhou leva a administração, sem partilhar com quem perdeu. Quem não conseguiu se eleger, faz oposição.

E adito, por fim, que, devido ao contingente reduzido da nossa categoria de associados (cada vez mais reduzido) **deve ser sem o artifício de 2º turno**, que frequentemente leva a escolher entre o ruim e o menos pior.

Para o bem da categoria e da entidade que nos representa.

Autor: Paulo Antonioli